

Moldando o futuro digital

Marcos Dantas¹

Estamos aqui abrindo o VII Forum da Internet no Brasil que tem por tema "Moldando seu futuro digital". Podemos pensar o futuro a partir de nossos desejos e utopias. Também a partir de nossas ilusões, otimistas ou pessimistas. Podemos pensar o futuro, ao menos um futuro num tempo passível de ser visualizado, aquele curto prazo em que ainda estaremos vivos, parafraseando Lord Keynes, podemos pensá-lo a partir de cenários que a realidade presente nos permita divisá-lo. A vantagem desse método relativamente a outros é que, se queremos moldar o futuro, só podemos fazê-lo com o material concretamente disponível na realidade do presente.

O material está no mundo real. E o mundo real nem sempre, ou muitas vezes, nos impõe poderosos obstáculos à nossa construção. O futuro digital será moldado transformando o material disponível no presente. E esse material, no nosso mundo digital real, parece que está quebrado, fragmentado, pulverizado.

Não sou eu quem digo. Em maio último, Evan Williams, um dos fundadores do Twitter, numa entrevista ao *The New York Times*, declarou: "a Internet parou de funcionar". O pesquisador Scott Malcomson, num livro cujo título é "A rede estilhaçada" (*Splinternet*), deixa claro que a Web é um complexo sistema de interesses geopolíticos e econômicos, no qual os Estados Unidos exercem poder dominante em meio a nova disputa entre nações pelo controle global. A "China", diz ele, "a Rússia e, em menor extensão a Índia e algumas potências européias estão se esforçando para eliminar a vantagem dos Estados Unidos". Presumivelmente, isso vai se tornar "um outro campo de competição regional".

Houve uma época, não faz muito tempo, em que se imaginou ser a Internet ainda nascente, um espaço a ser ocupado por "gente boa", talvez um pós-moderno "bom selvagem" de Rousseau, pairando acima de interesses políticos e econômicos, pairando acima, sobretudo, da sociedade tal como ela é, com suas qualidades e defeitos, com suas diferenças de classe, suas muitas culturas e subculturas, suas lutas de poder e suas disputas, não raro ferozes, por riquezas. Hoje em dia, quando praticamente 100% das empresas do mundo, grandes, médias ou pequenas, e algo em torno de 2 bilhões de pessoas fazem uso rotineiro da Internet, não dá mais pensar nela que

¹ Professor Titular da Escola de Comunicação da UFRJ, representante do Setor de Ciência e Tecnologia no Conselho Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Este texto é a intervenção feita na sessão de abertura do VII Forum da Internet no Brasil, Rio de Janeiro, 14/11/2017.

não seja como expressão da própria sociedade, com suas virtuosidades e suas mazelas. Gostemos ou não, é com este material que moldaremos algum futuro. Que futuro? Depende de como compreendermos esse material e de como soubermos manipulá-lo.

Em 2015, no Fórum Mundial de Davos, o então CEO da Google, Eric Schmidt vaticinou que a Internet iria desaparecer. Queria dizer que a rede estava se tornando tão usual, tão corriqueira e de tal modo acessível a bilhões de pessoas em todo o mundo que, muito breve, não se falaria mais em Internet, assim como raramente nos preocupamos com a rede de suprimento de energia elétrica, algo também que, há pouco mais de cem anos, era praticamente desconhecida de toda a humanidade.

Se em nosso cotidiano raramente nos preocupamos com a rede de energia elétrica, exceto na hora de pagar a conta ou trocar uma lâmpada, é porque, entre outros motivos, sabemos que existem instituições responsáveis por fazer a rede funcionar sem interrupção e com segurança. Instituições públicas ou privadas *de natureza pública* (sublinho, "de natureza pública"), instituições que obedecem a leis muito claras quanto a direitos e deveres das instituições e dos cidadãos. De fato, raramente falamos "energia elétrica". Falamos "Light", "Furnas", "Eletrobrás", "Aneel", "governo", "conta de luz". Smith pode ter razão. Mas se não nos referimos à rede, nos referimos, no nosso linguajar cotidiano e também no debate de políticas públicas ou nas decisões de investimento privado, ao Estado e às empresas que intermedeiam o nosso acesso e uso da rede. E para que esse acesso seja universalmente garantido como um *direito público*, ele é regulado e regulamentado como um *serviço público*.

Se não viermos mais a falar de Internet num futuro em que ainda não estaremos todos mortos (de novo, lembrando a ironia de Keynes), falaremos de Google, Facebook, WhatsApp, Netflix, Amazon, You Tube e – Snowden está aí mesmo para não me deixar mentir – falaremos também do Estado espião dos Estados Unidos. Por isso mesmo, esse futuro já está sendo moldado pelas forças que têm força para moldá-lo. Como escreveu Malcomson, as grandes corporações empresariais, na quase totalidade estadunidenses, que já o estão controlando, e moldando, e os Estados que estão à frente do mundo digital –infelizmente, o Brasil não faz parte desse seleto grupo, muito embora tivesse tudo para dele fazer parte, exceto por sua elite irresponsável e mesquinha.

A modelagem do futuro, não mais da Internet, mas das forças políticas e sociais que trafegam nela, já está sendo feita. É a modelagem do mercado. Um mercado que, por meio de algoritmos, está ditando os nossos gostos, as nossas escolhas, as nossas prioridades de buscas, já co-

meça até mesmo a ditar o que podemos ler, ver ou ouvir na ainda chamada Internet. Já se fala até que pode moldar eleições... Ninguém aqui neste espaço ignora isso. Não faltam denúncias de censura no Facebook ou no YouTube.

Aos poucos, o mundo vai despertando para a necessidade de regular a camada de serviços que trafega sobre a internet. "Europeus pretendem regular WhatsApp e Skype", lemos num *Tele-Síntese* de agosto de 2016. "Reino Unido quer considerar Google e Facebook como meios de notícias", lemos no espanhol *TICbeat* de outubro de 2017. "A sociedade precisa aplicar também ao Google e Facebook, as leis regulatórias que já existem", reivindica um articulista no *The Guardian* de 11 de novembro último. São só alguns exemplos.

Quem conhece a história das comunicações não veria nisso nenhuma novidade. Foi assim também nas primeiras décadas do século XX quando surgiram as tecnologias de telecomunicações e radiodifusão. Para assegurar o desfrute público universal, a qualidade dos conteúdos e, também, o respeito às fronteiras e interesses dos Estados nacionais, foi necessário regulá-las internacional e nacionalmente. O ponto essencial dessa regulação foi definir as comunicações, em seu conjunto, como um *serviço público*.

É verdade que a Internet nasceu e cresceu no momento de maior força do pensamento e das políticas neoliberais, o que muito facilitou a consolidação de vários mitos e utopias liberais sobre o seu futuro. Seria a tecnologia do fim da história. Infelizmente, a história seguiu seu curso...

E a história vem sendo moldada, no momento em que estamos aqui conversando, por diretivas, resoluções e leis européias (e nem vou falar da China!) que começam a tentar pôr um limite no poder inaudito na história – político e econômico – que adquiriram as grandes plataformas de mercado, tais como Google ou o Facebook. Um dos mais importantes alvos das medidas em estudo na Europa são os conteúdos violentos, pedófilos, terroristas. Claro, qualquer regulação que venha por aí – e virá! – atinge não apenas as principais plataformas de mercado mas a própria tão celebrada arquitetura global da Internet, desenhada (eu diria inteligente e interessadamente) para colocá-la a salvo dos poderes dos Estados soberanos nacionais. É essa arquitetura que pretende justificar a impossibilidade de o Estado soberano brasileiro fazer o WhatsApp cumprir as nossas leis. Como se no passado, o fato físico de as ondas eletromagnéticas desconhecerem fronteiras políticas e culturais próprias dos seres humanos tivessem sido capazes de impedir a construção de um sistema internacional de radiodifusão capaz de respeitar essas fronteiras...

Esta é a internet que está sendo moldada. O desafio é o de intervir nesse processo de modo a colocar as forças do mercado a serviço da real democracia e da radical justiça social.

Precisando concluir, celebro o trabalho neste sentido que vem sendo feito pelo Laboratório Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia, sediado no Uruguai, construindo propostas para regular, eu não diria a Internet, mas a sua camada de serviços, ou plataformas de mercado. A camada de conteúdos. A camada na qual, hoje em dia, bilhões de pessoas e milhões de empresas experimentam de fato, o acesso e uso da Internet. Com propostas bem concretas, o Observacom defende que "os provedores de serviços sobre a Internet não devem estar acima das leis nacionais"; "os provedores de serviços sobre a Internet devem pagar impostos nos países onde atuam"; "os provedores de serviços sobre a Internet devem ter tratamento regulatório isonômico em relação a outros prestadores de serviços públicos"; e se a neutralidade de rede é um princípio pétreo na relação das operadoras de telecomunicações com a Internet, os provedores de serviços também devem ser neutros relativamente aos dados e conteúdos que neles trafegam.

Um ponto importantíssimo precisa ser muito melhor discutido: privacidade. Como garantir a privacidade se o modelo de negócios das plataformas se baseia na invasão de privacidade? É preciso pôr esse próprio modelo de negócios em questão. Habitamo-nos a tratá-lo como se fosse algo assim tão natural quanto o Pão de Açúcar – aquele magnífico morro que emoldura o nosso encontro. Não, não é. É uma construção sócio-econômica própria de um modelo de capitalismo que fez do nosso trabalho gratuito em rede a sua fonte de mais-valia. É hora de estabelecermos regras muito claras que nos permitam usufruir serviços que já são de natureza pública – pois sem eles já não mais vivemos, assim como não vivemos sem luz elétrica – sem, para isso, termos que aderir a contratos unilaterais abusivos que negam acesso a esses serviços se não lhes permitimos expropriar nossos dados pessoais! A Light precisa entrar na minha casa para me fornecer força elétrica?

Gostemos ou não, queiramos ou não, este é o material que moldará o mundo digital num futuro próximo. Está na hora de o tomarmos em nossas próprias mãos para, a partir dele, fazermos o nosso futuro.

Muito obrigado!

M.D.